

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA
CIDADE DE GUAÇUI

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUI
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA
CIDADE DE GUAÇUI

JANEIRO/85

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

COORDENADOR TÉCNICO*Antônio Luis Caus***SUPERVISÃO***Fernando Augusto Barros Bettarello***EQUIPE TÉCNICA***Flávio Machado Barros**Rômulo Cabral de Sá**Terezinha Guimarães Andrade***EQUIPE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUI****EQUIPE DE APOIO DO IJSN**

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves vem desenvolvendo junto às Prefeituras do interior programas de Apoio ao Planejamento Municipal. Este trabalho tem por objetivo assessorar os municípios na elaboração do perfil da área urbana, da legislação urbana básica, de manual de orientação de obras, tributação, saneamento etc, no desenvolvimento de cursos que possibilitem a formação de recursos humanos municipais, e outras ações que se façam necessárias, para que as prefeituras consigam controlar o processo de desenvolvimento do município.

Desta forma, em novembro de 1984, o Instituto Jones dos Santos Neves celebrou convênio com a Prefeitura de Guaçuí visando assessorar a municipalidade na elaboração de instrumentos normativos básicos para regular o uso do solo, construções e posturas.

Trata-se dos seguintes diplomas legais:

- Projeto de Lei de Perímetro Urbano
- Projeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano
- Código de Obras
- Código de Posturas

Para elaboração da legislação urbanística municipal, tornou-se necessário levantamento de informações, procurando identificar as características de ocupação do solo (residencial, comercial, mista, industrial), a infra-estrutura e equipamentos públicos existentes, levantamento dos loteamentos (legais, irregulares e clandestinos) além da atualização da Planta Base da área urbana com a nomenclatura dos logradouros.

Com base nestes elementos, elaborou-se o presente documento de informações básicas da área urbana, que possibilitou a elaboração da legislação urbanística do município de Guaçuí.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. ASPECTOS HISTÓRICOS	08
2. DIMENSÃO E LOCALIZAÇÃO	11
3. CLIMA	12
4. TOPOGRAFIA E SOLO	13
5. POPULAÇÃO	14
6. A CIDADE DE GUAÇUI	15
6.1. ASPECTOS GERAIS	15
6.2. CARACTERÍSTICAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO	15
6.3. OCUPAÇÃO DO RIO VEADO	16
6.4. PARCELAMENTO DO SOLO	18
6.5. APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÕES ..	22
7. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	23
7.1. SISTEMA VIÁRIO	23
7.2. ESTRADAS VICINAIS	24
7.3. TRANSPORTE	25
8. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	27
8.1. SANEAMENTO BÁSICO	27
9. SAÚDE E EDUCAÇÃO	33
9.1. SAÚDE	33
9.2. EDUCAÇÃO	33
BIBLIOGRAFIA	35

PÁGINA

ANEXOS	36
1. Cemitérios - Critérios de Projeto	
2. Saneamento Básico - Fossa Sêptica	
3. Mapa da Área Urbana de sede	
4. Mapa de Referência Básica	
5. Mapa de Usos e Sistema Viário	

1.

ASPECTOS HISTÓRICOS

O lugar denominado Aldeamento, hoje sede do Distrito de São Pedro de Rates, foi, até princípios do século XIX, domínio de tribos indígenas.

Em 1820, desceu de Minas Gerais e penetrou nas terras capixabas a bandeira chefiada pelo Capitão Manoel José Esteves de Lima. Compunha-se de 72 pessoas, dentre as quais Justino Maria das Dores, um dos fundadores do antigo município de Veado, hoje Guaçuí. Recebeu terras do chefe, quando esse regressou a Minas.

A 29 de setembro de 1838, Justino José Maria entrou em posse dessas terras, o que determinou aos silvícolas tomarem rumo ignorado.

Em número de 10, seus companheiros, igualmente bandeirantes estabelecidos na circunvizinhança, organizaram e cultivaram terras, promovendo o desenvolvimento agrícola e econômico da região. Eram: Manoel Domingos Viana, João Damasceno Barbosa, Joaquim Gomes de Azevedo, os irmãos paulistas Manoel Francisco e Luiz Francisco de Carvalho, Domingos José Gonçalves de Ataíde, os paulistas Antônio Ouriques de Aguiar Valim (irmãos), Silvestre Joaquim Rosa e o Guarda-mor Joaquim Lobato (português).

Joaquim Silvestre da Rosa, fez, igualmente, doação de terras, para o povoado, no lugar onde se inaugurou o marco do centenário de Guaçuí em 1938.

Entre os desbravadores, houve disputa pela posse da região. Tornou-se lenda a que se travou entre José Luciano de Souza, mineiro descendente de Lobato, que pretendia a Jurisdição de Minas, até a serra dos Píloes e Luiz Francisco, que defendia a Jurisdição do Espírito Santo. Fim

zeram esses dois homens um juramento solene: o que fosse vencido abandonaria a terra: José Luciano voltaria para Minas ou Luiz Francisco de Carvalho, para São Paulo.

José Luciano, com o consentimento das autoridades de Carangola e munido de numerosa escolta, invadiu a fazenda de Luiz Francisco de Carvalho, subjugou-o e o conduziu preso para Ouro Preto em Minas Gerais.

Daí a dois meses, entretanto, Luiz Francisco de Carvalho, regressava vitorioso. José Luciano cumpriu a palavra empenhada; mudou-se para Minas Gerais, não mais retornando à região em que entrara anos como um dos mais intrépidos pioneiros.

Luiz Francisco de Carvalho e o comendador José Aguiar de Valim construíram, em 1860, uma capela em louvor a São Miguel, templo que, posteriormente, se elevou à Matriz. Todos os anos, em 29 de setembro, são levados a efeito festejos solenes, em honra ao santo. Ultimamente a data passou a ser comemorada como o dia do município.

Durante muitos anos, a paróquia de São Miguel do Veado, esteve sob jurisdição do Bispo de Mariana, até que, em 1895, sendo criada a Diocese do Espírito Santo, passou a pertencer ao novo bispado.

A primeira formação administrativa de Guaçuí teve início com a Resolução nº 122 de 25 de novembro de 1861, que criou a Subdelegacia de Polícia de Veado, na Paróquia de Alegre, Município de Itapemirim, com limites pelo Rio Itabapoana, a partir da barra do Ribeirão de Castelo, e pelo rio Preto, até a serra do Caparaó, tirando-se daí uma linha, que segue, em direção a bocaína dos pilões, compreendendo todas as águas vertentes do rio Veado, até encontrar a nascente do referido Castelo, de sorte que incluía as duas povoações de Veado e São Pedro de Rates. Pela Lei nº 9 de 13 de julho de 1866, foi criada a freguesia do Veado, com invocação de São Miguel, e estabelecidos os mesmos limites marcados para o distrito (Resolução nº 122, de 25.11.1861). Pela Lei nº 1, de 7 de outubro de 1872, foi criado o Distrito da Paz, no lugar denominado Veado,

do termo da Vila de Cachoeiro de Itapemirim, tendo por limite os mesmos do Distrito Policial.

O primeiro nome do município foi São Bom Jesus do Livramento, em 1866, em virtude da Lei Provincial nº 9, passou a denominar-se São Miguel do Veado, em homenagem ao Santo do dia em que se dera a entrada dos pioneiros (29 de setembro), acrescentando ao nome a expressão "do Veado" tirado do rio que banha a região.

Com esse nome, o povoado foi elevado à categoria de Vila, pela Lei Estadual nº 1.688, de 25 de dezembro de 1928. E, em 10 de janeiro de 1929 foi instituído o Município, que, com o território desmembrado de Alegre, ficou integrado pelos distritos de Veado (sede), São Tiago e Rio Preto.

Adquiriu foros de cidade, por força da Lei Estadual nº 1.722, de 30 de dezembro de 1929.

Em homenagem a um dos bravos do Forte Copacabana, o município passou a denominar-se Siqueira Campos, por Lei Estadual de janeiro de 1930. Pela Lei nº 1.573, de 8 de agosto de 1931 foi criada a comarca, com um único termo, o próprio município. A instalação se deu a 3 de outubro do mesmo ano.

No quadro fixado pelo Decreto-Lei estadual nº 9.941, de 11 de novembro 1938, para o quinquênio 1939/1943, o município de Siqueira Campos era composto dos distritos de Rio Preto, São Lourenço e São Pedro de Rates. Pelo Decreto-lei nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial para o quinquênio 1944/1948, o município passou a denominar-se Guaçuí, composto pelos distritos de Guaçuí, Divisa (ex-Rio Preto), Imbuí (ex-São Lourenço) e São Pedro de Rates. A Lei nº 750 de novembro de 1953, criou ainda o distrito de São Tiago. Hoje, Dorés do Rio Preto e Divino de São Lourenço desmembraram-se de Guaçuí, porém subjugados a esta Comarca. O município de Guaçuí conta atualmente com Guaçuí (sede), São Pedro de Rates e São Tiago.

2.

DIMENSÃO E LOCALIZAÇÃO

O Município de Guaçuí possui uma área de 451km², divisando a leste com Alegre, ao sul com São José do Calçado e o Estado do Rio de Janeiro, a oeste com Dores do Rio Preto e ao norte com Divino de São Lourenço. A sede do Município, encontra-se instalada em ponto geométrico central, em relação aos seus limites, distando da capital 235km. Sua parte central encontra-se às margens do Rio Veado, área plana, tendo o seu crescimento horizontal expandindo ao longo do Vale do Rio e nas áreas planas às margens da BR-482 e em direção à torre de televisão.

3.

CLIMA

Seu clima tropical de altitude, típico das regiões serranas, é saudável com temperaturas variando de 18 a 23^oc. As chuvas tem comportamento regular, apresentando índices pluviométricos anuais entre 1.300 a 1.500mm, tendo por precipitações mais intensas aquelas de outubro a abril. O inverno é seco e de certa forma rigoroso pela influência da altitude da Região.

4.

TOPOGRAFIA E SOLO

Caracterizado por uma topografia ondulada e acidentada, formada por plaltos rebaixados, de altitudes diferentes, o município ocupa o maço do caparaó, onde aparece o Pico da Bandeira com 2.889m.

O solo predominante é latossático, vermelho-amarelo-úmido, ácido, pH em torno de 4,5 a 5,0, com fertilidade natural, de média a baixa, apresentando deficiência de macronutrientes. As partes acidentadas são bastante exauridas pela erosão. Possui ainda 65% de suas áreas com declividade acima de 30%.

5.

POPULAÇÃO

A população efetiva do município de Guaçuí em 1980 era 19.391 habitantes sendo 67,9% da zona urbana e 32% da zona rural.

O movimento populacional da área rural para a urbana tem ocorrido de forma crescente.

Partindo de 1940 até 1980, constata-se um aumento no grau de concentração urbana do município, sendo este igual a 0,29 em 1940, 0,34 em 1950, 0,40 em 1960, 0,56 em 1970 e finalmente 0,67 em 1980.

A população hoje, se distribui entre a sede e os distritos de São Pedro de Rates e São Tiago, sendo a sede responsável por 83,9% do contingente de população do município, ficando as cifras de 5,4% e 10,7% respectivamente para os distritos de São Pedro de Rates e São Tiago.

6.

A CIDADE DE GUAÇUI

6.1. ASPECTOS GERAIS

Na cidade predominam as economias de um pavimento. Apenas no centro é que se tem algumas economias com número de pavimentos superiores a 2 (dois). As ruas centrais e, grande parte da zona periférica, são calçadas com paralelepípedos e blokrets. O traçado das ruas é regular, adequando-se, sempre que possível, às características topográficas locais.

6.2. CARACTERÍSTICAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

A Lei nº 867 de 30 de junho de 1976, que delimita o perímetro urbano da cidade, considera área urbana, o trecho que inicia com o viaduto da BR-482 até a divisa dos terrenos do Sr. Oswaldo Trigo com Aloísio Paixão Marques, com extensão de 4.100 metros, abrangendo 500 metros de profundidade das margens direita e esquerda da BR-482.

Nesta descrição, grande parte dos loteamentos já implantados à margem direita da BR-482, encontram-se fora da área urbana, compreendendo os loteamentos: Cândida Machado Alves, Pirovani, Quincas Machado, Cerâmica São Miguel, Alcides Moreira Lobato, parte do Antonio Francisco Moreira e Santa Cruz.

No centro os lotes foram ocupados no alinhamento, e quase não se observa afastamentos laterais. O afastamento de fundos, quando existente, é utilizado como quintal.

O comércio se encontra nas Avenidas José Alexandre seguindo pela Marechal Floriano, Rua Demerval Amaral, Virgílio Machado e grande parte da Rua Rio Grande do Norte.

Nesta área a ocupação é de uso misto (comércio/residência), sendo que nas edificações de 2 pavimentos, a parte térrea é utilizada como comércio e a superior como residência. Nas edificações de 1 pavimento, a parte com a frente para a rua, é utilizada como comércio e a parte de fundos, como residência.

O uso industrial apresenta-se de forma inibida, ficando praticamente reduzida a fábrica de móveis, marcenarias, confecções, beneficiadoras de café e arroz, localizados no Parque Industrial Aristides Couzzi e nas Avenidas José Alexandre, Marechal Floriano, Rua Demerval Amaral e Rua Rio Grande do Norte.

O uso institucional está concentrado na área delimitada pelas Avenidas José Alexandre, Marechal Floriano e Ruas Virgílio Machado e Dermeval Amaral, onde estão localizadas a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Bancos e Delegacia. (Vide Mapa de Usos, em anexo).

As áreas verdes de uso coletivo são constituídas de praças bem equipadas de atrativos e vegetação, mas em número reduzido, tais como as praças, João Acacinho, da Matriz e da Bandeira.

Há previsão da implantação de uma área de recreação infantil, próxima ao Parque da Exposição, com colocação de brinquedos visto que a cidade não conta com nenhuma área destinada a população infantil.

Outra área identificada é a do Morro, onde está localizado o monumento do Cristo, com previsão de desapropriação, visando a restrição da ocupação com a criação de espaços de lazer.

6.3. OCUPAÇÃO DO RIO VEADO

O Rio Veado e o Córrego Santa Catarina exercem papel preponderante no sistema de drenagem de águas pluviais da sede.

Um trecho do Rio Veado foi retificado, o que possibilitou melhoria no seu escoamento, acarretando diminuição de áreas alagáveis.

A área de maior ocupação, ao longo do seu curso, se concentra entre as Ruas Comendador Aguiar e Rui Barbosa e em torno das Ruas Romualdo Lobato e Francisco Ourique.

Com a ocupação, a vegetação natural foi destruída e lixo e outros detritos são jogados no rio, prejudicando o seu escoamento e deteriorando a qualidade de suas águas, já agravada com lançamento de todo o esgoto da cidade, sem nenhum tipo de tratamento.

A Lei Federal 6.766 de 19/12/79 estabelece, em seu artigo 4º, requisitos urbanísticos para o parcelamento do solo urbano, incluindo a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15 metros de cada lado das águas correntes e dormentes, o que vem de uma certa forma solucionar parte do problema para as áreas ainda não ocupadas nas margens do rio.

Existe um projeto de prolongamento da Avenida Agenor Tomé, que margeia pelo lado direito o rio Guaçuí, para aproveitamento desta área, sendo que o trecho entre a ponte de acesso ao Bairro Quincas Machado e a ponte de ferro Mestre Cintra Simões, encontra-se em funcionamento.

Há previsão, inicialmente, de desapropriação da área da Tremedeira, onde o Rio Veado forma pequenas cachoeiras. Esta área é atualmente muito utilizada pela população local devido a facilidade de acesso e pela proximidade com o centro da cidade.

Oportuno seria, também, o aproveitamento das áreas ainda não ocupadas à margem esquerda do rio, para áreas de lazer, com tratamento paisagístico repondo parte da vegetação destruída.

Por outro lado, torna-se importante intensificar o serviço de coleta de lixo nestas áreas, bem como promover campanhas junto à população de modo a evitar o lançamento de detritos no rio.

6.4. PARCELAMENTO DO SOLO

Inexiste qualquer legislação municipal que discipline o parcelamento do solo urbano. Os loteamentos e desmembramentos mais recentes são regulados apenas pela Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

1) Através de levantamentos na Prefeitura Municipal observou-se os loteamentos que apresentam projeto aprovado pela Prefeitura Municipal e registrado no Cartório de Registro de Imóveis:

a) Loteamento Bela Vista - Ano 1978

Área loteada - 21.719,25m

Lotes ocupados - 17

Lotes vagos - 32

Total - 49

Inexistência de área pública

b) Loteamento Vila Marília - Ano 1982

Área loteada - 36.772,75m

Lotes ocupados - 02

Lotes vagos - 65

Total - 67

37% de área pública

c) Loteamento Vista Alegre - Ano 1978

Área loteada - 36.937m

Lotes ocupados - 26

Lotes vagos - 36

Total - 62

Inexistência de área pública - Impossibilidade de verificação do percentual no projeto.

d) Loteamento Santa Cruz - Ano 1982

Área loteada - 66.898m²

Lotes ocupados - 09

Lotes vagos - 130

Total - 139

35% de área pública

e) Loteamento Antonio Francisco Moreira (Prefeitura - Conjunto Habitacional de interesse social)

Área loteada - 15.883,64m²

Lotes ocupados - 50

Total - 50

49% de área pública

f) Loteamento Samuel Nolasco - 1979 (somente registrado)

Área loteada - 16.743,95m²

Lotes ocupados - 01

Lotes vagos - 08

Total - 09

Inexistência área pública

g) Desmembramento Hila Tomé Rabelo - Ano 1983

Área loteada - 6.609m²

Lotes ocupados - 02

Lotes vagos - 08

Total - 10

Área non aedificandi - 2.253,30m²

2) Loteamentos aprovados, mas não registrados:

a) Loteamento Alcides Lobato - Ano 1978

Área loteada - 24.606,36m²

Lotes ocupados - 44

Lotes vagos - 5

Total - 49

6,2% de área pública

b) Loteamento Pirovani - Ano 1975

Lotes ocupados - 21

Lotes vagos - 14

Total - 35

c) Loteamento Capixaba - Ano 1977

Lotes ocupados - 15

Lotes vagos - 4

Total - 19

d) Loteamento Mendonça - Ano 1982

Lotes ocupados - 7

Total - 7

e) Loteamento Parque Industrial Aristides Couzzi - Ano 1980

Lotes ocupados - 4

Lotes vagos - 12

Total - 16

Inexistência de áreas públicas

3) Loteamentos Clandestinos:

a) Loteamento Jorema - Ano 1979

Área loteada - 36.512,83m²

Lotes ocupados - 22

Lotes vagos - 55

Total - 77

34% área pública

b) Loteamento Cândida Machado Alves - Ano 1960 (em processo de regulamentação)Área loteada - 75.373.92m²

Lote ocupados - 96

Lotes vagos - 139

Total - 235

34% área pública

c) Loteamento Cerâmica São Miguel

Total de lotes - 100

d) Loteamento Maria Francisca de Oliveira (em processo de regularização)

Lotes ocupados - 4

Lotes vagos - 9

Total - 13

e) Loteamento Walmir Sanches

Lotes ocupados - 5

Lotes vagos - 7

Total - 12

Pode-se constatar o reduzido percentual de áreas públicas, e que estas áreas são, geralmente, as que não apresentam condições de aproveitamento para fins públicos.

Necessário, se torna a elaboração de legislação de parcelamento do solo urbano a nível local, estabelecendo os procedimentos técnico-administrativos e os requisitos urbanísticos para os novos loteamentos a serem implantados.

Importante seria, também, que após a elaboração desta legislação, a Prefeitura analisasse a possibilidade de aprovação dos loteamentos existentes, mas em condições irregulares, estabelecendo uma comissão para verificar a situação de ocupação, áreas públicas, documentação, etc.

Assim, com esta vitória, a Comissão poderia verificar se o loteamento atende aos requisitos da legislação ou tornando-se necessário, elaboração de legislação especial, visando a regularização da ocupação habitacional, em função do relevante interesse social.

6.5, APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÕES

O órgão responsável pela aprovação de projetos de edificações é a *Secretaria de Obras e Planejamento Urbano* da Prefeitura. Entretanto, o Código de Obras existente, não estabelece qualquer exigência técnica para as edificações, se limitando apenas, ao processo de aprovação dos projetos, da concessão do alvará de licença para construção, das infrações e multas.

As construções apresentam características que denotam uma tentativa de aproveitamento máximo do terreno.

As características mais marcantes são a inexistência de recuos frontais e pouca observância de afastamentos laterais.

Torna-se necessário, a elaboração do Código de Obras de forma a regular as construções no município. Sendo assim, deve-se, no Código de Obras incluir estas exigências, no sentido de garantir condições de insolação e ventilação das edificações.

7. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

7.1. SISTEMA VIÁRIO

7.1.1. INTERESTADUAL E ESTADUAL

A cidade de Guaçuã é cortada pela BR-482, que estabelece a ligação entre a BR-116 e BR-101, nas localidades de Fervedouro_MG e Safra-ES.

A conexão destas se faz até certo ponto com harmonia, permitindo, no caso da BR-482, o desvio do trânsito pesado, da área central da cidade no sentido Vitória, Estado do Rio ou Minas.

7.1.2. SISTEMA VIÁRIO URBANO

As vias internas do município totalizam 24,397 Km, sendo que 14.163 Km encontram-se pavimentadas. Destas, 11.6663 Km estão em boas condições e o restante 2,5 Km necessitam de melhorias e incluem; Av. José Alexandre, Rua Bento Gomes de Aguiar, Rua Emiliana Emery, Rua José de Souza e Avenida José Ferreira Alves.

As Vias em leito de terra totalizam 10,243Km e incluem Rua Maria Gomes de Carvalho, Rua Dona Eufrásia (trecho de ligação com a rua anterior), R. Dejanira P. Ferreira, Rua Sebastião Simões, Rua Principal de São Pedro de Rates, Rua Alcides M. Lobato, Rua José Resende Vargas, Rua São Vicente de Paula, Rua Nossa Senhora Aparecida, Avenida José Ferreira Alves (trecho Vila Alta/Balança) e Avenida Virgílio Aguiar.

7.2. ESTRADAS VICINAIS

O município é bem servido de estradas vicinais, salvo no período de chuvas quando muitas tornam-se intransitáveis.

O quadro a seguir, mostra o cadastro das estradas vicinais.

QUADRO I

CADASTRO DAS ESTRADAS VICINAIS (MUNICIPAIS)

NOME E NÚMERO DE ESTRADA

- 01 - BR-482 - Torre de Televisão
- 02 - Fazenda Santa Catarina - Celina
- 03 - Fazenda Santa Catarina - Alcantilado (BR-482)
- 04 - BR-482 - Recanto Acacinho
- 05 - BR-482 - Fazenda Cachoeira
- 06 - BR-482 - Fazenda Boa Esperança
- 07 - Fazenda Boa Esperança - Airituba
- 08 - Guaçui - BR-482
- 09 - BR 482 - Estrada São Romão
- 10 - Ret. Alcantilado Braúna
- 11 - Estrada São Romão
- 12 - Estrada São Thiago - São Romão
- 13 - Estrada São Thiago (Miçanga) - São Romão
- 14 - Estrada Chapadão
- 15 - Fazenda São Felipe - Mundo Novo
- 16 - Estrada São Thiago - Cachoeira do Prado (Div. São Lourenço)
- 17 - Estrada Aparecida - Divino de São Lourenço
- 18 - Aparecida - Santo Antonio
- 19 - São Felipe - Monte Verde
- 20 - São Pedro de Rates - São Romão
- 21 - BR-482 - Estrada São Pedro de Rates - São Romão
- 22 - São Domingos - Santa Marta
- 23 - Fazenda Santa Maria - Lajinha
- 24 - Fazenda Promotor - São Pedro de Rates

- 25 - Campo de Aviação - Pracinha de Santa Luzia
- 26 - Tremedeira - Fazenda Santa Rosa
- 27 - Córrego da Areia - Córrego Apolinário
- 28 - Alto Santa Catarina - Fazenda Patrimônio
- 29 - Estrada Caixa D'Água
- 30 - Córrego Pedra - Aparecida

7.3. TRANSPORTE

7.3.1. TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL

QUADRO 2

MUNICÍPIOS	EMPRESA	FROTA OPERANTE	Nº DE LINHAS	Nº MÉDIO DE VIAG. IDA/VOLTA P/DIA	Nº MÉDIO PASSAG. TRANSPORT. P/DIA
- Alegre	Sta. Marta	2	2	4	60
- Dores do R.Preto					
- Alegre					
- Cachoeiro	Real	9	2	18	230
- Vitória	Itapem.	3	1	6	40

QUADRO 3

SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERESTADUAL

CIDADE/ESTADO	EMPRESA	FROTA OPERANTE	Nº DE LINHAS	Nº MÉDIO DE VIAG. IDA/VOLTA P/DIA	Nº MÉDIO PASSAG. TRANSPORT. P/DIA
- Carangola/MG	Real	4	1	8	50
- São Paulo/SP	Itapemirim	1	1	2	10
- Rio Janeiro/RJ	Natividade	2	1	4	30
- Natividade/RJ	Natividade	1	1	2	20
- B.Horizonte/MG	S.Geraldo	1	1	2	5

O município conta ainda com um campo de aviação, com extensão de 850m, que oferece condições precárias para aviões de pequeno porte.

7.3.2. TRANSPORTE INTRAMUNICIPAL

O transporte coletivo urbano é realizado por um ônibus que circula diariamente fazendo a linha em direção ao Jardim de Infância (diurno) e ao Ginásio Polivalente (noturno)

A área rural é servida por uma frota operante de 3 ônibus ligando a sede do Município à Fazenda do Barro Branco, com 4 viagens diárias, às segundas, quartas e sábados.

O terminal rodoviário localiza-se na área central da cidade e não oferece recursos para a atual demanda. O espaço tornou-o pequeno para manobras e não há facilidade para entrada e saída dos veículos.

7.3.3. TÁXIS

A concessão do funcionamento dos táxis é feita pela Prefeitura Municipal, ficando a seu critério o estabelecimento do número de veículos em função do número de habitantes do município.

O controle tarifário porém não é feito pela Prefeitura, sendo utilizado o tipo *tarifa livre*.

Atualmente, a relação táxi/habitante no Município é a seguinte:

1 táxi/500 habitantes, sendo o Município servido por um número total de 30 táxis.

8. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

8.1. SANEAMENTO BÁSICO

A Prefeitura Municipal é o órgão responsável pelo saneamento básico no Município.

8.1.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água da sede do Município foi construído em 1924. Com o crescimento da demanda de serviços, grande parte da população urbana, recebe água sem adequado tratamento.

Existe um projeto elaborado pela MTPM Consultores Associados que apresenta estudos e soluções de melhorias para o sistema de abastecimento de água para a sede do município, incluindo as áreas de expansão, sendo que algumas das obras previstas já estão sendo implantadas.

Descreveremos, a seguir, a situação atual do sistema.

8.1.1.1. CAPTAÇÃO

A água bruta é captada no Ribeirão São Felipe (vazão = 65,0ℓ/seg.), Morro de Santa Luzia (vazão = 15,0ℓ/seg.), Morro Antonio Martins (sem registro) e Morro Santa Cruz (sem registro).

Os principais problemas detectados nestes sistemas de captação são ocasionados por vazamentos, falta de manutenção, contaminação, cercas de proteção inadequadas e falhas no sistema de tomada de água bruta.

8.1.1.2. ADUÇÃO

- *Ribeirão São Felipe*

A adutora que parte do Ribeirão São Felipe tem uma extensão de 13,5km e é toda ela em ferro fundido.

De um modo geral, o estado de conservação desta adutora é bom, não apresentando maiores problemas. Todavia, é oportuno ressaltar o seguinte:

- a) Nos pontos baixos ao longo de toda adutora existem registros para descargas de fundo:
 - . Foi observado que existem registros quase submersos por falta de manutenção;
- b) Existem sangrias ao longo da adutora, principalmente em pontos próximos de campo de aviação.

- *Morro da Luzia*

A adutora do Morro da Luzia tem uma extensão de 4,5km e é em tubos de cimento amianto. O estado geral da adutora é bom, a única restrição que se faz é a existência de sangrias ao longo da mesma.

- *Morro Antonio Martins*

A adutora de água bruta localizada no Morro Antonio Martins tem uma extensão de aproximadamente 1.000m e foi construída em trechos de manilha cerâmica e ferro fundido, principalmente em passagens aéreas. O estado geral do sistema é bom.

- *Morro Santa Cruz*

A adutora de água bruta do Córrego Santa Cruz tem uma extensão de aproximadamente 1.500m, tem o diâmetro de 100mm e foi construída com tubos de ferro fundido. O estado geral da adutora é bastante precário, as juntas carecem de manutenção e podem ser notados graves problemas de corrosão de tubos de ferro fundido.

8.1.1.3. TRATAMENTO

O Município possui uma estação de tratamento, com funcionamento precário, e constituído pelas seguintes unidades:

- . Secador;
- . Medidor de vazão e dispersão de coagulantes;
- . Tanque floculador;
- . Tanque decantador;
- . Filtro de fluxo ascendente;
- . 2 reservatórios de água tratada;
- . Reservatório de água para lavagem dos filtros;
- . Casa de química.

8.1.1.4. REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

A rede de distribuição de água da sede do município é um dos pontos mais críticos de todo o sistema. Construída há bastante tempo para atender uma população que cresceu muito nos últimos anos, não mereceu ampliação nos pontos mais críticos.

A sede conta com 3.137 economias ligadas a rede de distribuição, sendo 2.694 domiciliares, 339 comerciais e 45 industriais.

8.1.2. COLETA E DISPOSIÇÃO DE ESGOTOS

O sistema existente não atende aos níveis desejáveis de saneamento. Na maioria das ruas é utilizado o sistema unitário, isto é, os dejetos são lançados nas galerias de águas pluviais. O esgoto é lançado sem nenhum tratamento no Rio Veado, tornando-o impróprio para qualquer utilização na sede do município.

Não se verifica muito a utilização de fossas, pois o solo predominante na sede é do tipo argiloso de baixa permeabilidade.

A Prefeitura procura estudar sistemas de esgotos alternativos na área do loteamento Antonio Francisco Moreira, onde estão sendo construídas 50 casas em regime de multirão.

Importante seria que, a médio prazo, a Prefeitura, através de campanhas, tentasse sensibilizar a população, de modo que fossem utilizadas fossas sépticas e filtros anaeróbicos. Desse modo, com a ampliação da rede do sistema unitário, o esgoto poderia ser lançado no Rio Veado, sem muito comprometer a qualidade de suas águas. Como orientação elaboramos um roteiro de construção de fossa séptica (em anexo).

8.1.3. LIMPEZA PÚBLICA

A coleta de lixo domiciliar é feita diariamente, especialmente pelo período da manhã.

A prefeitura dispõe de dois caminhões do tipo *baú* (com aproximadamente 10m³), necessitando, atualmente, de reparos.

A varrição das ruas e recolhimento do lixo hospitalar, também é feita diariamente, e esses resíduos juntamente com o lixo domiciliar, são jogados num depósito a céu aberto, fora do perímetro urbano.

O departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura está estudando a possibilidade de implantar uma usina para processamento de lixo, que utilizará a mão-de-obra da comunidade desempregada e funcionários municipais de limpeza urbana, à exemplo do realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Neste local, serão separados dos resíduos orgânicos, vidros, papéis, metais, etc. Os primeiros, poderão ser transformados em adubos e empregados nas hortas comunitárias ou vendidos e, os outros vendidos como sucata.

8.1.4. DRENAGEM PLUVIAL

Como foi citado no item 8.1.2, o sistema de drenagem pluvial está em grande

parte em conjunto com a rede de esgotos.

A rede de drenagem nas vias totaliza 9.147km, dos quais 5.560km estão necessitando de reparos.

Por outro lado, 9.691km das vias não possuem qualquer tipo de drenagem.

8.1.5. MATADOURO

O matadouro Municipal funciona em condições precárias com relação a limpeza e asseio externo, localizando-se na área urbana, conforme mapa anexo.

O abate médio diário é de 60 bovinos e sua manutenção está a cargo da Prefeitura.

Não foram, até o momento, realizadas obras de benfeitorias no local, pois a Prefeitura está aguardando a implantação de um frigorífico de iniciativa da Cooperativa de Laticínios de Guaçuá, localizando-se na área rural do Município.

Os recursos para implantação deste frigorífico são provenientes do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e 90% das obras já se encontram concluídas.

A capacidade de abate médio diário do frigorífico está prevista para 200 bovinos e o fornecimento é extensivo a vários municípios do Estado.

8.1.6. COMUNICAÇÕES

Os meios de comunicação da sede do município atendem com eficiência a demanda. O município conta atualmente com uma agência dos Correios e Telégrafos, com uma central da TELEST - Telecomunicações do Espírito Santo S/A, com um terminal com capacidade de 3.800 microondas; 712 terminais instalados; sistema automático, ligado à rede DDD e DDI, 881 aparelhos telefônicos em serviço; 664 Terminais em serviço, um jornal oficial do Município, além de receber diariamente vários jornais de outros Estados e Municípios; um sistema de recepção e retransmissão de quatro aparelhos de rádio - amadorismo.

8.1.7. CEMITÉRIOS

Existe um único cemitério que se encontra muito populoso, já insuficiente ao atendimento da demanda existente.

Hã portanto, necessidade de identificação de uma área para ampliação do cemitério. Para tanto, seria importante observar os critérios técnicos de projeto que se encontram em anexo.

8.1.8. MERCADO

Não possui nenhum mercado na cidade. Os moradores são servidos apenas pela feira livre do produtor com realização aos sábados na Rua Custódio Tristão (espaço reservado para esta finalidade).

9.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

9.1. SAÚDE

Na área de saúde o município conta com um estabelecimento hospitalar (Santa Casa de Misericórdia) que dispõe de 69 leitos, 01 unidade sanitária, 04 pontos de saúde (02 na sede, 02 nos distritos, São Pedro de Rates e São Thiago). O Sindicato Rural e o Patronal também oferecem serviços médicos aos associados.

O Programa Municipal de Saúde Comunitária, coordenado pelas Secretarias Municipais de Ação Comunitária de Saúde e Meio Ambiente, propõe a melhoria e ampliação da estrutura existente visando o atendimento aos bairros de São Miguel, Balança, Rua da Palha e aos distritos de São Pedro de Rates e São Thiago.

Os problemas mais rotineiros, na área de saúde no município são: afecções digestivas, verminoses, dermatites, doença mental, afecções respiratórias, aumento de mortalidade infantil e neo-natal, propagação de doenças infecto-contagiosas, perda precoce de dentição permanente, etc.

Tais problemas são identificados mais frequentemente nas populações carentes onde as condições de saneamento básico, alimentação, moradia e educação são mais deficientes.

9.2. EDUCAÇÃO

O município possui 60 escolas, sendo que destas, 3 (três) são de 2º grau, oferecendo os cursos: Básico, Assistente de Administração, Habilitação Básica em Saúde, Patologia Clínica, Habilitação para o Exercício do Magistério em 1º grau e Técnico de Contabilidade.

A sede municipal conta com 7 escolas sendo que a maior parte é de 2º grau (Escola Polivalente - 2º grau, Anísio Teixeira - 1º grau, São Geraldo - 1º grau e 2º grau, Pingo de Gente, Prê-Escolar 1º grau, Estadual - 1º grau).

BIBLIOGRAFIA

-
- COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO - Departamento de Articulação com os Municípios. *Plano de ação do governo municipal; versão preliminar*. Vitória, 1981. 45 p.
- FUNDAÇÃO NORTE FLUMINENSE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Plano de desenvolvimento físico-territorial-urbano do município de Bom Jesus de Itabapoana*. Rio de Janeiro, 1982. 145 p.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Relatório Municipal de Guaçuí*. Vitória, 1983. 30 p.
- MTPM. CONSULTORES ASSOCIADOS. *Projeto de reformulação do sistema de abastecimento de água da cidade de Guaçuí*. 1984. 43 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUI. Secretaria de ação comunitária e saúde e meio ambiente. *Programa municipal de saúde comunitária; Promusac*. 1984. 16 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUI. Secretaria de Obras e Planejamento Urbano. *Relatório do Sistema Viário e Transporte Coletivo*. 1983, 8 p.
- SIQUEIRA, Antonio de. *Engenharia sanitária*. Porto Alegre, Globo, 1959, v. 2, 532 p.

ANEXO I

CEMITÉRIOS - CRITÉRIOS DE PROJETO

SITUAÇÃO, POSIÇÃO E ORIENTAÇÃO

- Localizado preferencialmente nas vertentes opostas à topografia urbana.
- Boas condições de ventilação e insolação.
- Terrenos nos quais os ventos predominantes soprem em sentido contrário à cidade.
- Protegido por uma faixa de 20m, no mínimo de vegetação.

CONDIÇÕES GEOLÓGICAS (SUBSOLO)

- O subsolo deve ser poroso e seco. O solo arenoso ou de cascalho é preferível.
- O lençol d'água deve ficar, no mínimo, a 2m de profundidade (caso contrário, reduzir o nível através de drenagem).
- O nível do terreno deve ficar, no mínimo, 2m acima das máximas cheias.

PROJETO E ASPECTOS CONSTRUTIVOS

- O cemitério deve ser cercado de muros. No caso de cemitérios - jardins pode ser utilizada a cerca viva.
- A pequena arborização, especialmente, a de jardim, deve ser profusa e em todos os pontos aproveitáveis.

- O projeto deve ser elaborado com base numa planta de terreno com curvas de nível de 0,50m em 0,50m, a fim de serem aproveitados no traçado, as vantagens naturais do terreno.
- Todos os sepulcros e ossuários deverão ser numerados para identificação.
- Cada cemitério deve ter um pequeno forno de incineração para queimar ossos, pedaços de caixão, etc.

CÁLCULO DA ÁREA DO CEMITÉRIO

Fórmula de Richard:

$$A = \frac{n \times S \times r \times 9}{8}$$

Onde:

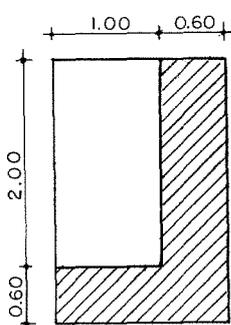
A = área do cemitério

n = número de cadáveres por ano. Pode-se calcular este número, folgadoamente em 2% da população a servir

S = superfície de cálculo da sepultura (veja abaixo)

r = tempo de rotação das inumações = 5 anos

OBS: Na fórmula já estão incluídas as áreas verdes e de circulação (fator 9/8).



$$S = 4,16 \text{ m}^2$$

